



Capítulo 4

Desenvolvimento humano em África

Este capítulo analisa o desenvolvimento humano em África e as suas relações estreitas ao empreendedorismo. Salienta a importância de investir nas pessoas – incluindo na sua saúde e nutrição, conhecimento e competências, meios de subsistência e emprego digno – para dar impulso a atividade empresarial no continente africano. Ele debate ações estratégicas para alcançar uma redução significativa dos fatores de risco, ligados a progressos futuros, como o desemprego, a desigualdade e a vulnerabilidade.

EM SÍNTESE

Melhorar as capacidades humanas é crucial para o desenvolvimento – por um lado, como uma parte integrante da promoção do desenvolvimento (incluindo a redução da pobreza e das desigualdades) e, por outro lado, como uma plataforma para fomentar a produtividade e o empreendedorismo. Dadas as potencialidades de um círculo virtuoso entre o desenvolvimento humano e o crescimento económico, o investimento na educação e competências na saúde e nutrição, bem como na proteção social é também um investimento no crescimento inclusivo e no desenvolvimento empresarial. África só conseguirá aproveitar o seu dividendo demográfico se tiver o apoio de uma mão-de-obra produtiva, qualificada e empreendedora. O desenvolvimento humano significa criar oportunidades e reforçar as capacidades das pessoas no âmbito da inovação e do empreendedorismo.

As perspetivas são positivas. Existe uma grande convergência, quer numa agenda partilhada quer na vontade política dos líderes africanos e dos seus parceiros para conferirem prioridade ao desenvolvimento humano, de forma a apoiarem o empreendedorismo e o crescimento económico. A implementação conjunta de políticas e programas inovadores contribuirá para aproveitar o máximo do dividendo demográfico e para alcançar o objetivo de “não deixar ninguém para trás” no continente africano.

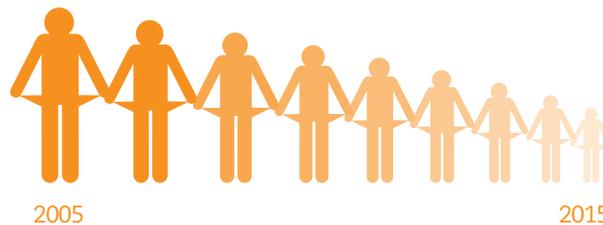
Sabia que...?

- 18 países africanos têm um nível de desenvolvimento humano médio ou elevado.
- A pobreza multidimensional diminuiu em 30 dos 35 países africanos analisados.
- A África Ocidental regista a maior disparidade de desenvolvimento humano devido à desigualdade.
- Os níveis de educação estão a melhorar e a desigualdade de género está a diminuir no continente.
- Os ODS, a Agenda 2063 e as 5 grandes prioridades do BAD podem contribuir para acelerar o desenvolvimento humano.

O desenvolvimento humano em África

Países líderes: Ruanda, Gana, Libéria, Comores e RDC

A pobreza multidimensional decresceu em 30 dos 35 países africanos analisados ...



... mas 54% da população em 46 países africanos ainda estão em situação de pobreza multidimensional



No Botswana, Namíbia, Ruanda, Lesoto e Maurícias, as mulheres atingem quase os mesmos níveis de desenvolvimento humano que os homens



Estes países também têm os menores níveis de desigualdade de género em termos de empoderamento económico, social e político

O desenvolvimento humano é simultaneamente um meio e um fim

O *Relatório de Desenvolvimento Humano* de 1990 explanou duas razões fundamentais para a importância do desenvolvimento humano: é um bem intrínseco e atua como um meio para atingir outros objetivos de desenvolvimento.

O desenvolvimento humano é um fim em si mesmo

Reconhecemos que o desenvolvimento humano é um valor intrínseco. Dada a natureza multidimensional da pobreza, parece claro que o investimento na dignidade e capacidade das pessoas seja parte integrante do projeto de desenvolvimento. O investimento nas várias dimensões do desenvolvimento humano – saúde, educação e proteção social básicas – empodera as pessoas para saírem da pobreza, prepara-as para a mobilidade social e para evitarem a exclusão, bem como melhora a resiliência tanto a nível individual como da sociedade no seu todo. O investimento na educação das mulheres, por exemplo, tem impactos particularmente benéficos na saúde e bem-estar individual, das crianças e dos agregados familiares, bem como na igualdade. Os investimentos no desenvolvimento humano concorrem juntos para a promoção da estabilidade social e política. Neste contexto, o desenvolvimento humano apoia os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de carácter global, a Agenda 2063 da União Africana, e a Agenda das 5 grandes prioridades (“High 5s”) enunciadas pelo Banco Africano de Desenvolvimento. Estas três agendas encaram as pessoas como um meio e como um fim do desenvolvimento. A melhoria da esperança média de vida, a redução do flagelo da subnutrição e a melhoria das condições de saúde são grandes impulsionadores da qualidade de vida das populações pobres. A educação, a todos os níveis, é o que capacita as comunidades para construir conhecimento, competências e meios de subsistência e para prosperarem. O acesso a medidas de proteção social contribui para dar um impulso à atividade empresarial e para reforçar a resiliência das famílias pobres face aos choques.

No entanto, tal como demonstra este capítulo, o desenvolvimento é mais do que o progresso em termos de bem-estar; é também um fator propiciador do crescimento. Sem uma melhoria dos resultados de desenvolvimento humano, África não pode concretizar o potencial do seu dividendo demográfico, nem tampouco o crescimento inclusivo.

O desenvolvimento humano é um fator potenciador do crescimento

Os fundamentos económicos para a melhoria do desenvolvimento humano são incontestáveis. O desenvolvimento humano é um fator determinante do crescimento, em geral, e do crescimento inclusivo, em particular.¹ Isto deriva tanto das teorias de escolha social e teorias económicas, quanto da literatura empírica mais vasta.² O investimento na saúde e na educação melhora a produtividade da mão-de-obra, incluindo a sua capacidade de inovação. Por seu lado, o aumento da produtividade, mantendo-se os restantes fatores constantes, proporciona maior crescimento. Assim, o investimento em capital humano, particularmente nos cuidados de saúde primários e no ensino secundário, pode ter efeitos positivos duradouros na economia. O desenvolvimento humano permite que um grande segmento da população participe, e beneficie, do processo de crescimento económico.

A educação – especialmente a educação após o primeiro ciclo, a partir de cerca de 12 anos de idade – é uma componente crucial do desenvolvimento do capital humano, sendo fundamental para aproveitar o dividendo demográfico. As pessoas mais instruídas e saudáveis tendem a ter melhores salários. As pesquisas demonstraram que a combinação de um ensino secundário de base ampla com um ensino primário universal impulsiona o desenvolvimento das competências e do conhecimento nos países mais pobres. As evidências sugerem que cada ano extra de escolaridade aumenta o crescimento

económico em cerca de 1.2% por ano, e que um aumento de 1% nas matrículas escolares dos rapazes após o primeiro ciclo origina um aumento no Produto Interno Bruto (PIB) per capita entre 1 a 3% (Barro, 1996; Wilson e Briscoe, 2004). Nos países em desenvolvimento, o retorno potencial é muito mais elevado: cada ano extra de escolaridade conduz a um aumento de 8.7% dos salários na Indonésia (Duflo, 2001), a 11.3% no Quênia e a 8.3% na Tanzânia (KfW, 2007). É precisamente este tipo de investimento no capital humano que permitiria aos países africanos beneficiarem do dividendo demográfico disponibilizado pela população jovem do continente.

O investimento no desenvolvimento humano, particularmente no ensino secundário, torna o crescimento mais inclusivo. Os trabalhadores mais saudáveis e instruídos têm maior probabilidade de participarem nas oportunidades criadas pelo crescimento económico. O desenvolvimento humano também incentiva o investimento interno e externo, uma vez que as empresas se localizam onde exista uma mão-de-obra saudável e com as competências necessárias. O papel do capital humano no reforço da resiliência, em face de situações de fragilidade e das alterações climáticas, contribui para ampliar estes efeitos.

África está a investir, cada vez mais, em sistemas de proteção social para os mais pobres e vulneráveis. Isto contribui para o crescimento, na medida em que suaviza o consumo, impulsiona os mercados e reforça a resiliência aos choques. Nomeadamente, 40 países africanos têm já programas de concessão de subsídios/prestações sociais direcionados para os mais pobres (Banco Mundial, 2015), o que lhes dá segurança para investirem na sua saúde, educação e meios de subsistência, favorecendo, assim, o crescimento inclusivo.

O desenvolvimento humano é um meio para acelerar a diversificação económica e as cadeias de valor

O desenvolvimento humano é um pré-requisito para a transformação económica de África. O empreendedorismo desempenhará um papel importante na abertura de oportunidades geradoras de rendimento por todo o continente. Este papel foi reafirmado na Assembleia Geral das NU, mais especificamente na sua resolução A/RES/67/202 adotada em dezembro de 2012, sobre “Empreendedorismo para o Desenvolvimento”, na qual se reconhece o papel do empreendedorismo como “um motor da criação de emprego digno” (NU, 2014). As capacidades e oportunidades são particularmente diversas na agricultura, serviços e indústrias criativas, setores onde a maioria da população africana está empregada. O setor agrícola representa mais de 60% do emprego em África, tendo grande potencial de melhoria da produtividade e de desenvolvimento das cadeias de valor (BAD, 2016f). Se modernizado, este setor é igualmente importante para o emprego jovem. Para realizar o potencial dos “agro-empresários”, é necessário um investimento adequado nas competências, na saúde e na transformação do setor (incluindo o acesso a mecanismos de irrigação, serviços de extensão e insumos melhorados), bem como uma melhoria do acesso ao financiamento, aos serviços de extensão agrícola e a mercados para estes produtos.

A situação do desenvolvimento humano em África mostra resultados positivos, apesar dos choques globais

Esta secção documenta a situação atual do desenvolvimento humano em África. Analisa as tendências nos níveis de desenvolvimento humano, incluindo a pobreza, a educação, a saúde e o emprego digno, salientando os progressos efetuados no continente. Ela explora, igualmente, três fatores de risco específicos em relação às melhorias dos resultados de desenvolvimento humano: o desemprego (especialmente entre os jovens), a desigualdade e a vulnerabilidade.



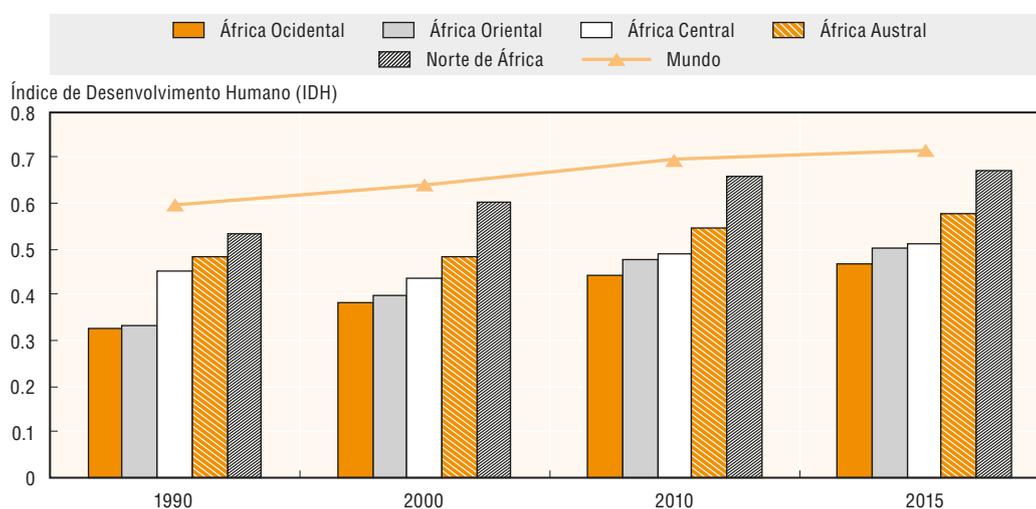
O desenvolvimento humano regista melhorias em África

Desde a passagem para o século XXI, África tem demonstrado progressos regulares em termos de desenvolvimento humano, conforme medido pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Nações Unidas. O IDH mede o nível e evolução de indicadores centrais de desenvolvimento – saúde, educação e nível de vida, com enfoque nas escolhas e capacidades humanas. Atualmente, pelo menos um terço dos países africanos atingiram um nível de desenvolvimento médio ou elevado. O Norte de África é a sub-região com níveis mais elevados, que se aproximam da média mundial, mas todas as sub-regiões registaram uma melhoria considerável (ver Figura 4.1).

Verifica-se um aceleração do ritmo dos progressos em África. Apesar da calma na economia mundial e no ciclo das matérias-primas, especialmente entre 2010 e 2015, os países africanos progrediram mais rapidamente do que as outras regiões do mundo, com exceção da Ásia do Sul. Neste período, a taxa anual de crescimento do IDH em África foi de 1.04%, a segunda mais alta após a Ásia do Sul (1.25%), e mais elevada do que na Ásia Oriental e Pacífico (0.92%), na Europa e Ásia Central (0.63%), na América Latina e Caraíbas (0.58%) e nos Estados Árabes (0.45%) (PNUD, 2017b).

É de salientar que esta melhoria não se verifica apenas nos países com grandes recursos minerais. Os países sem recursos naturais significativos também registam progressos consideráveis em áreas como a saúde, a educação e a melhoria da qualidade de vida. Tanto a proporção de pessoas que vivem em situação de pobreza como a profundidade da pobreza têm diminuído em muitos países. O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)³ mede os níveis de pobreza com base na saúde, educação e nível de vida. Desde 2005, a pobreza multidimensional diminuiu em 30 dos 35 países africanos com dados disponíveis para esse período. O Ruanda registou a maior evolução, seguido pelo Gana, Libéria, Comores e República Democrática do Congo (RDC), embora se verifiquem progressos na luta contra a pobreza em todos os países. Alguns distritos do Lesoto, Mali, Mauritânia, Quênia, RDC, República do Congo, Tanzânia e Uganda registaram reduções da pobreza mais rápidas do que no Ruanda. No entanto, considera-se que 54% da população em 46 países – ou seja, 544 milhões de pessoas – vivam ainda em situação de pobreza multidimensional (Alkire et al., 2016).

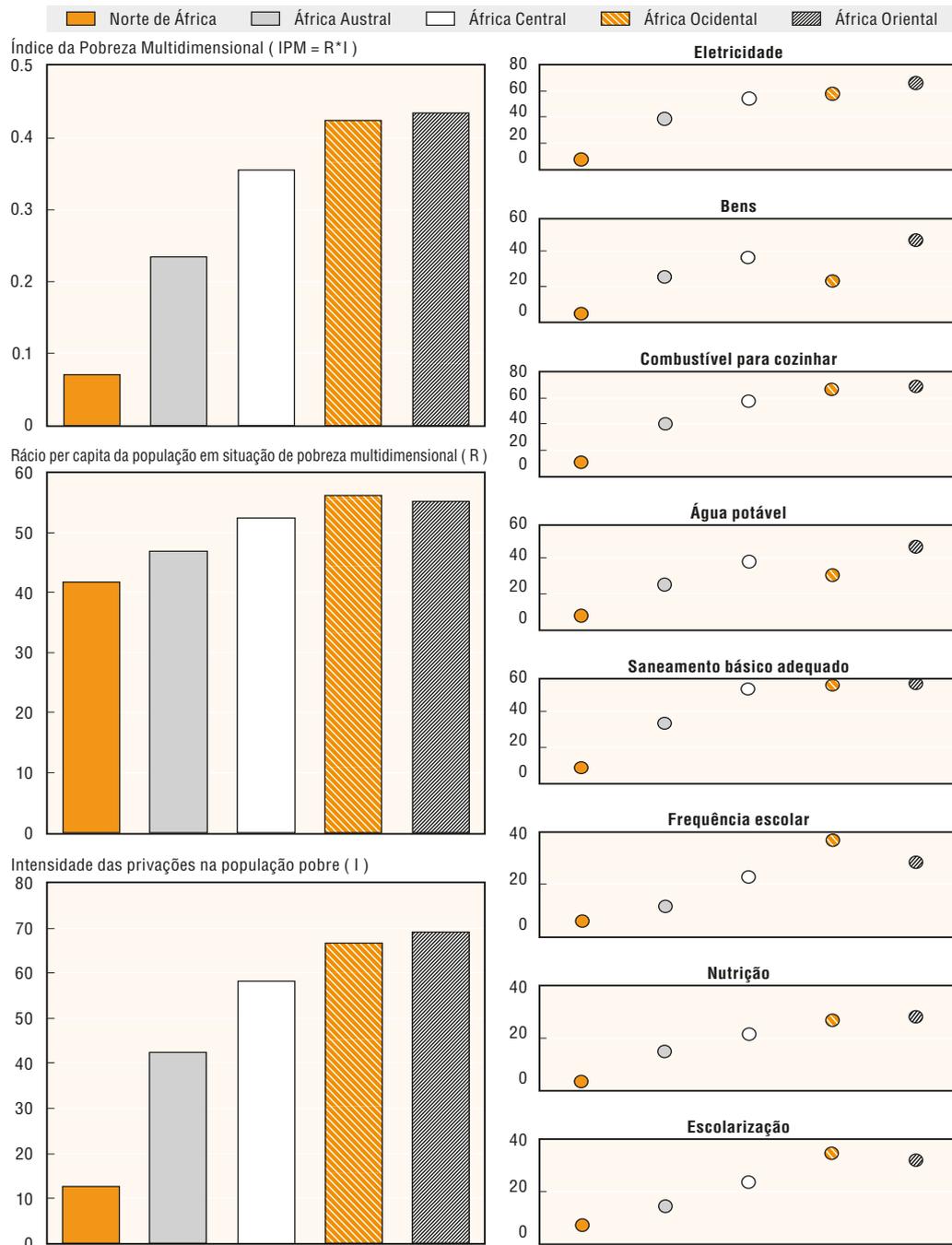
Figura 4.1. Níveis de desenvolvimento humano em África, por região, 1990-2015



Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2017a).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933475189>

As tendências da pobreza ao nível continental, regional e subnacional encerram uma grande variedade de experiências diferenciadas entre comunidades. As privações relacionadas com o acesso a combustível para cozinhar, acesso a eletricidade e a saneamento são as que mais contribuem para a pobreza na totalidade do continente africano. A nutrição constitui um desafio considerável na África Oriental, enquanto a privação da escolaridade é maior na África Ocidental, conforme ilustrado na Figura 4.2.

Figura 4.2. Índice de Pobreza Multidimensional e suas dimensões, por região africana

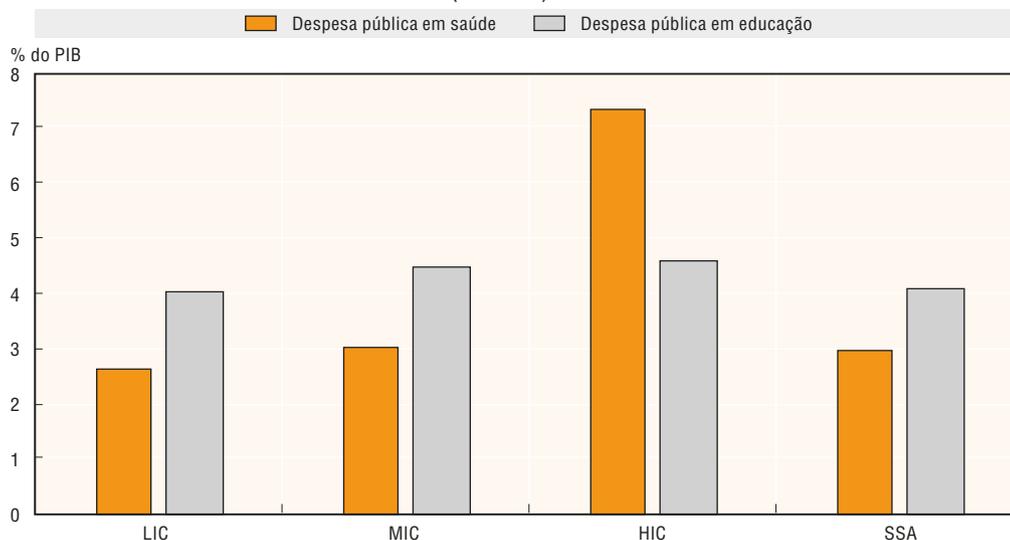


Fonte: Adaptado de Global MPI Database (OPHI, 2016).
StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888933475196>

Os países africanos estão a investir no desenvolvimento humano

Os governos africanos demonstram o grau de prioridade que atribuem ao desenvolvimento humano por meio do nível de investimento no setor social. A análise dos dados mais recentes, disponíveis desde 2012, revela que a despesa pública no desenvolvimento humano continua a crescer à medida que os países se tornam mais ricos (Figura 4.3).

Figura 4.3. Despesa pública em saúde e educação
(% do PIB)



Fonte: Dados globais 2012, Banco Mundial (2016), World Development Indicators.
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933475559>

Alguns governos africanos têm investido a um nível significativamente mais elevado do que a média, demonstrando que o desenvolvimento humano é considerado prioritário, mesmo num período de austeridade orçamental. A despesa pública no setor da saúde vai até 8% do PIB (no Lesoto, por exemplo) e a despesa pública no setor da educação ultrapassa 6% do PIB na África do Sul, Gana, Malawi, Marrocos, Moçambique, Suazilândia e Tunísia. Outros países africanos, porém, continuam a gastar muito menos. Os Camarões e a Nigéria, nomeadamente, dependem menos de 1% do PIB no setor da saúde (Banco Mundial, 2017). A despesa em saúde continua abaixo de 15% da despesa pública, definido como patamar pelo Acordo de Abuja de 2001.

No entanto, continua a existir uma lacuna de financiamento considerável. A despesa mínima per capita em serviços essenciais de saúde nos países de rendimento baixo é de 38.4 USD,⁴ segundo a recomendação da Comissão da OMS sobre Macroeconomia e Saúde, o que foi atingido ou até ultrapassado por muitos países africanos, mas não cumprido por 30% dos países (ver Figura 4.4).

Os governos africanos expandiram, igualmente, a despesa com educação. Em percentagem da despesa total, somente os países da Ásia Oriental, do Pacífico e da América Latina e Caribes investem mais do que os da África subsariana (Figura 4.5). A média regional é de 16.4% e mais de dez países situam-se acima dos 21.0%.⁵ No entanto, alguns países, principalmente os países afetados por conflitos ou em situação de pós-conflito, apresentam percentagens até 50% mais baixas do que a média regional.

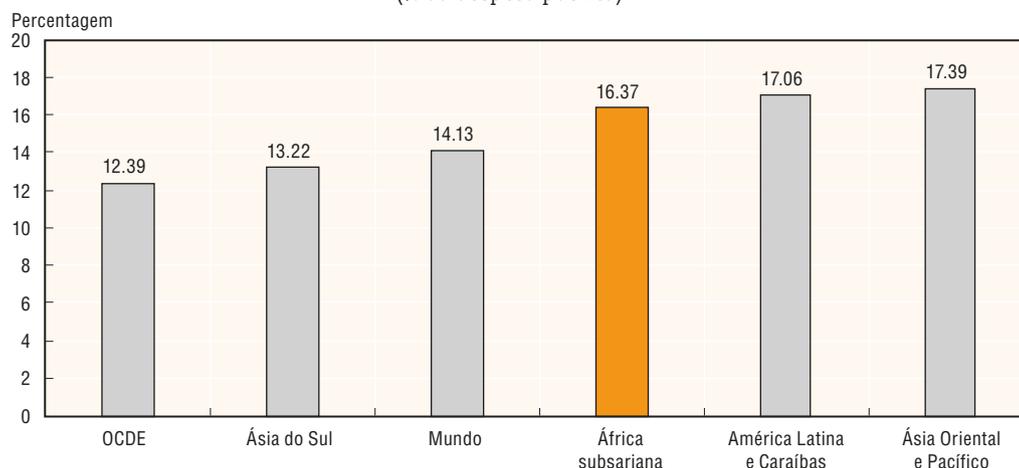
Figura 4.4. Despesa em saúde nos países africanos, per capita, 2014
(USD, preços correntes)



Source : Fonte: Banco Mundial (2017), Health Nutrition and Population Statistics.
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933475207>

Os sistemas de proteção social estão a ganhar força em toda a África. Atualmente, a cobertura em termos de proteção social é de 20%, no continente africano (Banco Mundial, 2012), tendo quase a totalidade surgido na última década. O número de países africanos com programas de concessão de prestações sociais/subsídios não condicionados passou de 21 países em 2010 para 40 países, em 2014, abrangendo 50 milhões de pessoas (Banco Mundial, 2014). Embora este continue a ser um número baixo, se comparado com outras regiões, significa que o valor das redes de segurança social foi claramente reconhecido por todo o continente.

Figura 4.5. Despesa pública total em educação, 2010-14
(% da despesa pública)



Fonte: World Development Indicators, <http://data.worldbank.org/indicador/SE.XPD.TOTL.GB.ZS> (consultado em abril de 2017).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933475218>

O setor privado tornar-se-á, cada vez mais, a principal fonte de financiamento do desenvolvimento, tal como salientado no Capítulo 2 deste relatório. O mesmo se verifica no setor do desenvolvimento humano. África já beneficia de investimento em serviços de saúde e educação por parte de fundos privados, comunitários ou *corporate finance*. Cerca de metade da despesa no setor da saúde na África subsariana (ASS) provém do setor privado (BAD, 2013b). Embora a maioria sejam despesas correntes, pode colocar-se a questão da acessibilidade dos preços, dado o nível de pobreza. Nesse sentido, verifica-se a criação de regimes de seguros de saúde. O Programa de Seguro de Saúde de base comunitária no Ruanda, por exemplo, conseguiu colocar o país no caminho da cobertura universal dos cuidados de saúde (ver Caixa 4.1). O Egito e a Tunísia são outro exemplo de países com altas taxas de cobertura por seguro de saúde, respetivamente 78% e 100% (Elgazzar et al., 2010). A taxa de cobertura é de 50% no Lesoto, 44% nas Maurícias e 30% na Serra Leoa (Banco Mundial, 2015c). No Gana, o governo adicionou uma contribuição adicional de 2.5% ao imposto sobre o valor acrescentado, para financiar o seguro nacional de saúde (White, Hodges e Greenslade, 2013).

Caixa 4.1. O seguro de saúde de base comunitária no Ruanda

Em 2004, O Ruanda estabeleceu formalmente esquemas voluntários de Seguro de Saúde de Base Comunitária (SSBC), integrando-os nos sistemas de financiamento e de prestação de cuidados de saúde existentes. O programa SSBC é subsidiado: os prémios pagos pelos subscritores pagam metade do fundo e o restante provém de um consórcio de contribuintes – incluindo um fundo governamental, subsídios cruzados de outros sistemas de seguros públicos, organizações não-governamentais e parceiros de desenvolvimento. Em 2010, mais de 86% da população (8.6 milhões de pessoas) estava coberta pelos SSBC.

Caixa 4.1. O seguro de saúde de base comunitária no Ruanda (cont.)

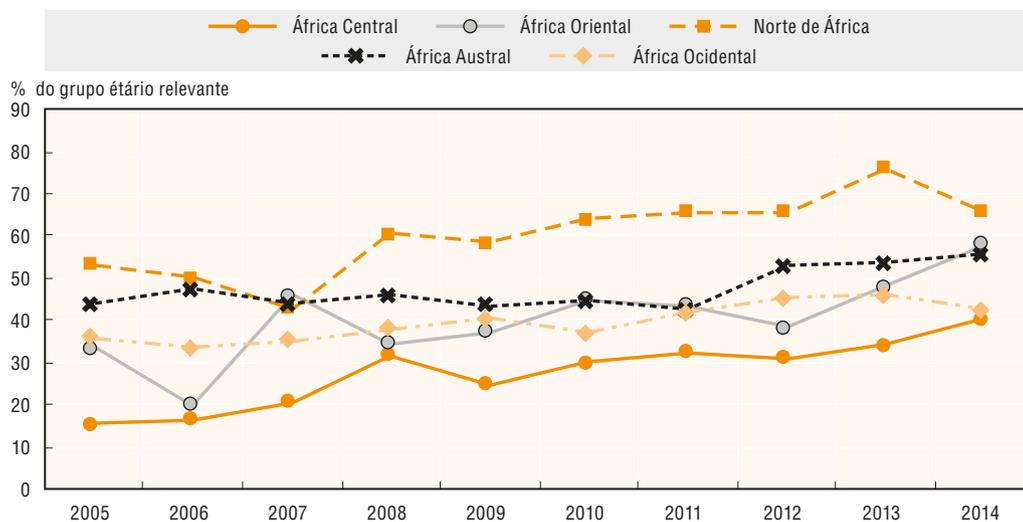
Os SSBC originaram um aumento significativo do acesso a cuidados básicos de saúde. As despesas correntes anuais per capita diminuíram consideravelmente. A incidência das despesas de saúde extraordinárias decresceu 20 pontos percentuais, enquanto a pobreza extrema ligada à saúde caiu 8 pontos percentuais. O fosso da pobreza extrema também decresceu. O SSBC levou a um aumento significativo da utilização de cuidados de saúde e protege as famílias de riscos de falência financeira e de empobrecimento relacionados com os gastos em saúde, pelo que é um modelo com possibilidade de ser replicado noutros países com resultados similares, se for executado e financiado de forma adequada.

Fonte: BAD (2016b), *A Program that Works: The Impacts of Rwandan Community Based Health Insurance Program*.

África continua a alcançar resultados positivos na educação, saúde e proteção social

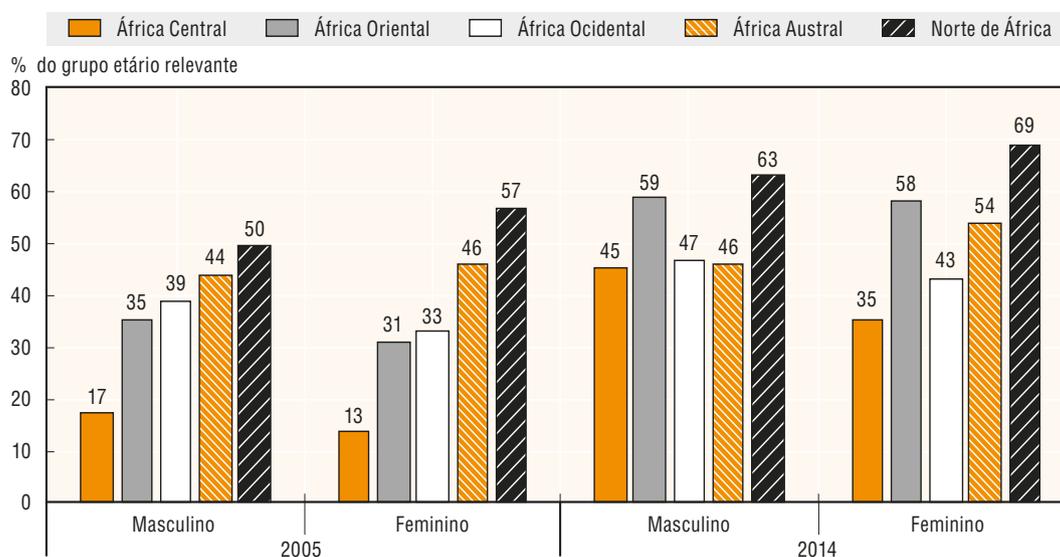
O aumento da despesa com o desenvolvimento humano em África está a produzir resultados. Os níveis de educação têm melhorado no continente africano, embora partam de uma base relativamente baixa, e a disparidade na escolaridade entre homens e mulheres está a diminuir. Nos últimos dez anos, as taxas de conclusão do ensino secundário aumentaram em todas as regiões (Figura 4.6). A Figura 4.6 demonstra, igualmente, que este aumento abrangeu estudantes tanto do género feminino quando do masculino, registando-se avanços em prol da igualdade de género no setor da educação. No Norte de África e na África Austral, a percentagem do grupo etário que conclui o ensino secundário é mais alta nas raparigas do que nos rapazes. Na África Oriental e Ocidental, a disparidade de género diminuiu desde 2005. Mesmo na África Central, onde a taxa de conclusão da escolaridade nas raparigas é a mais baixa do continente africano, a disparidade entre os sexos está a diminuir rapidamente, pois desde 2005 triplicou o número de raparigas que concluem o ensino secundário (Figura 4.7). É necessário que se desenvolvam esforços para consolidar e sustentar este processo.

Figura 4.6. Evolução da taxa de conclusão do primeiro ciclo do ensino secundário em África, por região, 2005-14
(% do grupo etário)



Fonte: Banco Mundial (2016), UNESCO Instituto de Estatística (2017).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933475224>

Figura 4.7. Conclusão do ensino secundário nas regiões em África, por género, 2005 e 2014 (% do grupo etário)



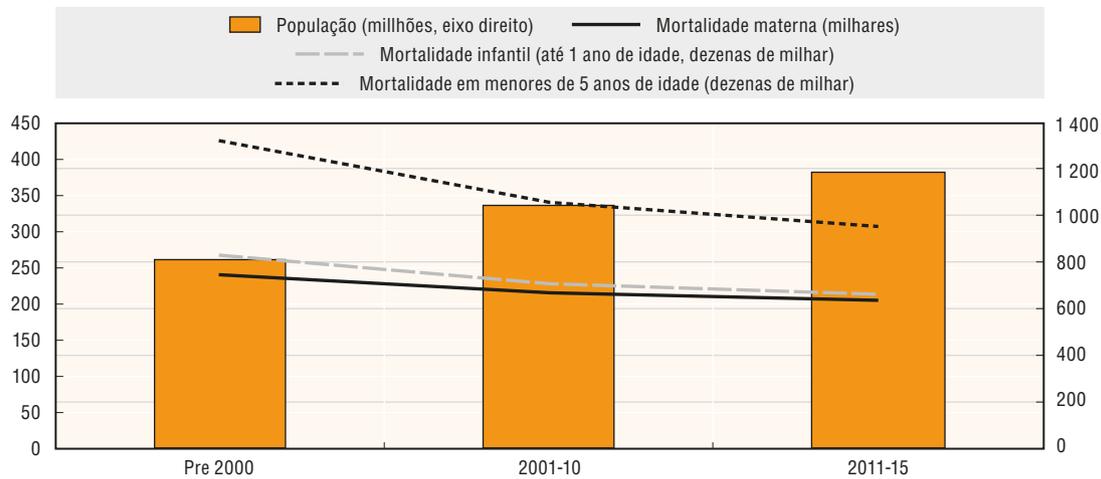
Fonte: WDI (2016), UNESCO Instituto de Estatística (2017).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933475234>

Estes avanços irão reforçar as capacidades e as competências humanas necessárias para impulsionar a inovação, a difusão da transferência de tecnologia e as empresas produtivas nos países africanos. Para continuar a desenvolver estes sucessos e assegurar uma aceleração dos resultados, devem ser tomadas medidas políticas para reduzir a gravidez na adolescência e aumentar a participação feminina tanto no ensino secundário como no mercado de trabalho (PNUD, 2016).

Relativamente à saúde pública, a África subsariana ainda fica aquém das outras regiões do mundo na maioria das áreas, embora tenham sido feitos progressos significativos. Entre 1990 e 2008, a taxa de mortalidade materna caiu 66% no Norte de África e 44% na ASS, essa tendência tem continuado. Graças à implementação assertiva da Campanha para Redução Acelerada da Mortalidade Materna em África (CRAMMA), a taxa de mortalidade infantil também decresceu 30% no mesmo período, enquanto a mortalidade em crianças com idade até 5 anos caiu 50% entre 1970 e 2010 (BAD, 2013b). A Figura 4.8 demonstra que os números absolutos da mortalidade materna, infantil e de menores de 5 anos têm diminuído de forma consistente em África, mesmo com o aumento populacional. No entanto, estes progressos não foram generalizados, uma vez que os países seriamente afetados pela epidemia VIH/SIDA (como o Botswana e o Zimbabwe) e por conflitos (como o Sudão do Sul) registaram alguns retrocessos.

Entre os desafios do futuro, estão as doenças transmissíveis, particularmente o VIH/SIDA, a malária e a tuberculose (TB), a que se junta o crescimento das doenças não-transmissíveis, como o cancro, a diabetes e as doenças cardiovasculares associadas ao crescimento da classe média. Melhorar os sistemas de saúde (nomeadamente na gestão da tendência de urbanização), seu custo-benefício e o aumento da equidade no acesso a serviços de saúde são prioridades importantes para o continente no futuro (BAD, 2013b).

Figura 4.8. Tendência decrescente da mortalidade materna, infantil e de menores de 5 anos em África, apesar do crescimento populacional (números absolutos)



Fonte: Banco Mundial (2016), *World Development Indicators*.
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/8888933475242>

O desemprego continua a ser um dos principais desafios no continente africano

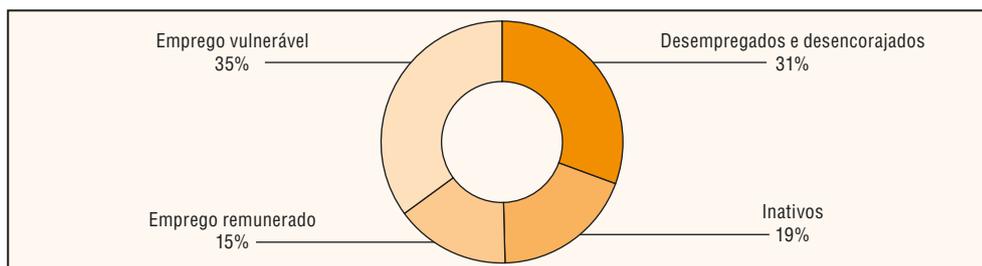
O desemprego reduz o nível de rendimento passível de ser gerado e limita a diversidade dos meios de subsistência numa economia. O desemprego em África é elevado, especialmente nos países de rendimento médio, atingindo até 50% da população em alguns países. Embora os países de rendimento baixo registem taxas de desemprego muito baixas, as estatísticas são enganadoras, na medida em que não captam grandes taxas de subemprego, vastos setores informais com baixos rendimentos e altos níveis de vulnerabilidade. O setor informal absorve até 80% da população ativa em África (BAD, 2016d). O crescimento económico impressionante do continente nos últimos 15 anos não gerou muito emprego, uma vez que se concentrou nos setores de capital intensivo, como o setor extrativo ou em produtos primários que não exigem muita mão-de-obra. Para ultrapassar esta situação de crescimento sem emprego, África precisa de uma transformação económica estrutural, ou seja, uma transição da mão-de-obra em larga escala, dos setores menos produtivos para atividades e setores mais produtivos. Com o rápido crescimento populacional, surge um desafio urgente: sem um crescimento de base ampla, diversificado e orientado para a produção, África continuará a criar menos empregos do que o número de pessoas que entra no mercado de trabalho.

A falta de emprego é o desafio mais premente para a população jovem. Apesar das melhorias na educação, os jovens africanos ainda têm fracas condições de saúde e falta de competências com empregabilidade, bem como um acesso restrito a ativos financeiros para iniciarem os seus próprios negócios. O desajustamento entre os currículos escolares e as necessidades do mercado de trabalho – ou seja, um sistema de ensino com falta de conteúdos direcionados para as competências – é um fator determinante. Consequentemente, as taxas de desemprego são desproporcionalmente altas na população jovem. O desafio do emprego jovem será cada vez mais importante, dadas as atuais tendências demográficas.

Em África, um jovem tem três vezes mais probabilidades de estar desempregado do que um adulto (OIT, 2015). O BAD estima que metade da população jovem está desempregada ou inativa, e que 35% estão em empregos vulneráveis (Figura 4.9) (BAD, 2016d). No caso das mulheres, a desigualdade de género agrava esta situação. É preocupante verificar que a taxa de desemprego jovem aumenta com o nível de escolaridade, indicando que os sistemas de ensino em África não estão a preparar as pessoas para o mercado de trabalho.

Os jovens que concluíram o ensino superior têm duas ou três vezes mais probabilidade de estarem desempregados do que aqueles que têm o ensino primário ou menos (OIT, 2015).

Figura 4.9. Situação do emprego nos jovens em África, 2015
(% da população jovem)



Fonte: BAD (2016c).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933475250>

Não obstante o potencial para atividades “agro-empresariais”, os jovens africanos estão a afastar-se da agricultura e a ocupar postos de trabalho no setor informal dos serviços, que oferecem poucas oportunidades de progressão. A falta de modernização do setor agrícola torna-o pouco atrativo para os jovens. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o setor dos serviços é o maior empregador da população jovem na maioria dos países africanos (OIT, 2015). As iniciativas de parceria, como o ENABLE Youth Program, visam alterar a perceção dos jovens sobre a agricultura. Este programa centra-se nos agro-negócios como meio de empoderamento económico da população jovem em África, englobando um investimento de 12.5 mil milhões de USD para apoiar a criação de empresas e de emprego para os jovens e as mulheres em 25 países africanos.

A desigualdade é um dos principais desafios

Apesar da evolução positiva do desenvolvimento humano em África, as desigualdades ligadas à localização geográfica, às capacidades humanas e às oportunidades económicas estão a atrasar estes progressos no continente africano. Em termos mundiais, África regista as maiores diferenças na distribuição dos benefícios do desenvolvimento humano: a perda total no desenvolvimento humano originada pela desigualdade é de 32% em África, comparativamente a uma média global de 22%.

O continente africano tem um dos maiores níveis de desigualdade de rendimentos do mundo. O coeficiente de Gini em África apresenta um valor médio de 0.43, em comparação com 0.39 nos outros países em desenvolvimento (Bhorat, Naidir e Pillay, 2016). Só na América Latina se regista maior desigualdade. Isto é motivo de preocupação, porque existe uma forte relação entre a desigualdade, o crescimento económico e a taxa de redução da pobreza em África. A existência de grande desigualdade limita o efeito do crescimento na redução da pobreza, fazendo com que os benefícios cheguem a uma pequena parte da população. Atualmente, no continente africano, metade do rendimento vai para apenas 10% da população. Em 2010, seis das dez economias com maior crescimento no mundo eram economias africanas; mas em 2011, seis dos dez países com maior desigualdade no mundo eram também países africanos (BAD, 2013a).

Além disso, a desigualdade de género é elevada. O Índice da Desigualdade de Género mede as disparidades entre mulheres e homens na saúde e na educação, bem como a participação política e o empoderamento económico. Este índice demonstra que, em países com baixa desigualdade de género – como a África do Sul, o Botswana, as Maurícias, a Namíbia e o Ruanda – as mulheres atingem até 96% do nível de desenvolvimento dos homens. No outro extremo, países com uma elevada desigualdade

de gênero, como o Chade, o Níger e a República Centro-Africana, o desenvolvimento das mulheres está 24% abaixo do dos homens. Em África, as mulheres atingem, em média, 87% do nível de desenvolvimento humano atingido pelos homens, devido a normas sociais discriminatórias e práticas culturais nefastas. No essencial, as normas sociais que limitam as mulheres e raparigas na realização do seu potencial têm, igualmente, efeitos nefastos sobre os homens e os rapazes, bem como nas comunidades, impedindo que todos atinjam um maior desenvolvimento humano (PNUD, 2016).

Em África, a disparidade de gênero continua a persistir no acesso aos bens económicos, na participação no local de trabalho, nas oportunidades de empreendedorismo, nos benefícios resultantes dos recursos naturais e do ambiente. Segundo estimativas do PNUD, o aumento de 1% na desigualdade de gênero reduz o desenvolvimento humano total em 0.75% (PNUD, 2016).

África é vulnerável aos choques derivados da economia, dos conflitos e dos desastres naturais

Conforme analisado nos capítulos anteriores, as tendências mundiais adversas, como o baixo preço das matérias-primas, têm tido um impacto significativo em África, especialmente nos países exportadores de produtos primários e de petróleo. Estes países sofreram perdas nos termos de troca que ameaçam reverter os resultados positivos do desenvolvimento humano. Os choques de curto-prazo devidos a uma queda dos preços das matérias-primas ou a outras fontes de dificuldades económicas têm, frequentemente, um maior impacto junto dos pobres e vulneráveis, gerando também uma maior desigualdade de rendimentos.

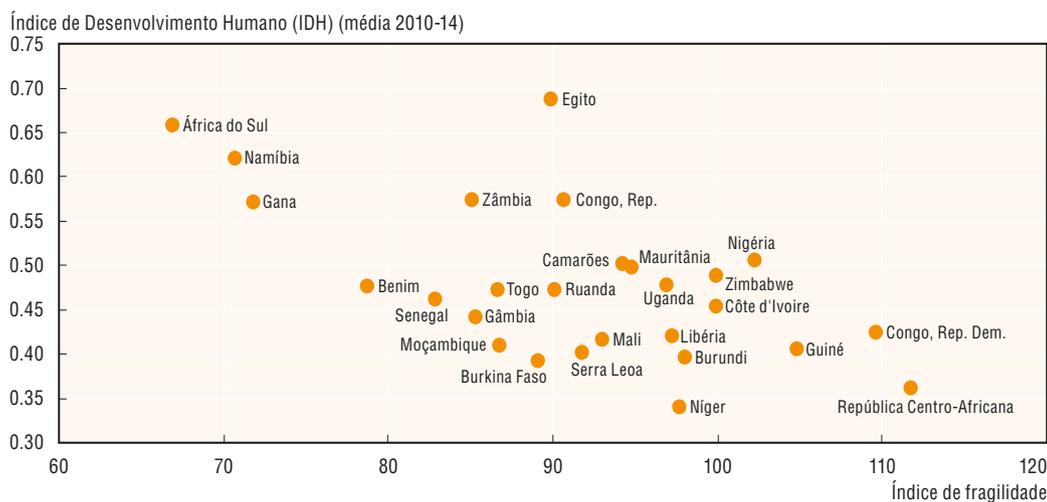
Os países em situação de fragilidade⁶ ligada à instabilidade política, a conflitos, às alterações climáticas e a desastres naturais, continuam a ter os níveis de desenvolvimento humano mais baixos. O número de africanos afetados por conflitos é, ainda, elevado. A intensidade dos conflitos caiu de 55.5%, em 2002, para 24%, em 2011. No entanto, 11 dos 20 países no mundo com maior probabilidade de conflito estão em África (Odusola et al., 2017). Em 2015, das 65.3 milhões de pessoas no mundo forçadas a abandonar as suas casas devido a violência e/ou perseguições, 37% viviam no Médio Oriente e Norte de África, e 27% na África subsariana. No continente africano, os países mais afetados foram o Sudão (3.5 milhões de deslocados), a Nigéria (2.2 milhões), o Sudão do Sul (2.1 milhões) e a RDC (1.9 milhões). A Figura 4.10 demonstra que a maioria dos países em situação de fragilidade têm um baixo índice de desenvolvimento humano. Os países mais pacíficos, como o Gana, a Nigéria e a África do Sul, estão associados a índices de desenvolvimento humano mais altos do que os países em situação de fragilidade.

Verificou-se, também, um aumento do número de pessoas afetadas por catástrofes naturais em África, particularmente secas e cheias. Em 2014, 7.6 milhões de pessoas foram afetadas por estes fenómenos no continente africano, número que subiu para 23.5 milhões em 2015. Quase metade da população afetada (até 10.2 milhões de pessoas com necessidade de ajuda alimentar de emergência) estava na Etiópia (Development Initiatives, 2016). As alterações climáticas e os seus efeitos significam que estes fenómenos aumentarão no futuro, tendo maior impacto nos mais pobres, que são os menos resilientes.

O reforço da resiliência deve, assim, fazer parte da agenda de desenvolvimento humano. Mesmo quando os agregados familiares progridem em termos de desenvolvimento humano, a falta de capacidade para antecipar, prevenir e recuperar dos choques ameaça reverter esses ganhos. É crucial que o reforço da resiliência – através do aumento do crescimento inclusivo, do apoio a sociedades pacíficas, da prevenção de conflitos, e da prevenção e redução dos riscos de catástrofe – seja considerado como uma parte integrante dos esforços para promover o desenvolvimento económico e humano.



Figura 4.10. Correlação entre o Índice de Desenvolvimento Humano e o Índice de Fragilidade



Fonte: Cálculos a partir das bases de dados do Gabinete do Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD, <http://hdr.undp.org/en/data>, e Fund for Peace <http://fsi.fundforpeace.org/>.
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933475265>

O aproveitamento do dividendo demográfico em África exige investimento nas competências e na inovação

Esta seção analisa como concretizar os potenciais benefícios derivados do dividendo demográfico em África. Salienta o “círculo virtuoso” entre o desenvolvimento humano e crescimento económico. Em seguida, reflete sobre a relevância da inovação para desbloquear o dividendo demográfico em África e o seu potencial na criação de oportunidades de emprego para os jovens e as mulheres. Por fim, identifica as lições aprendidas sobre a centralidade das competências e das aprendizagens nesta agenda.

Existe potencial para um dividendo demográfico

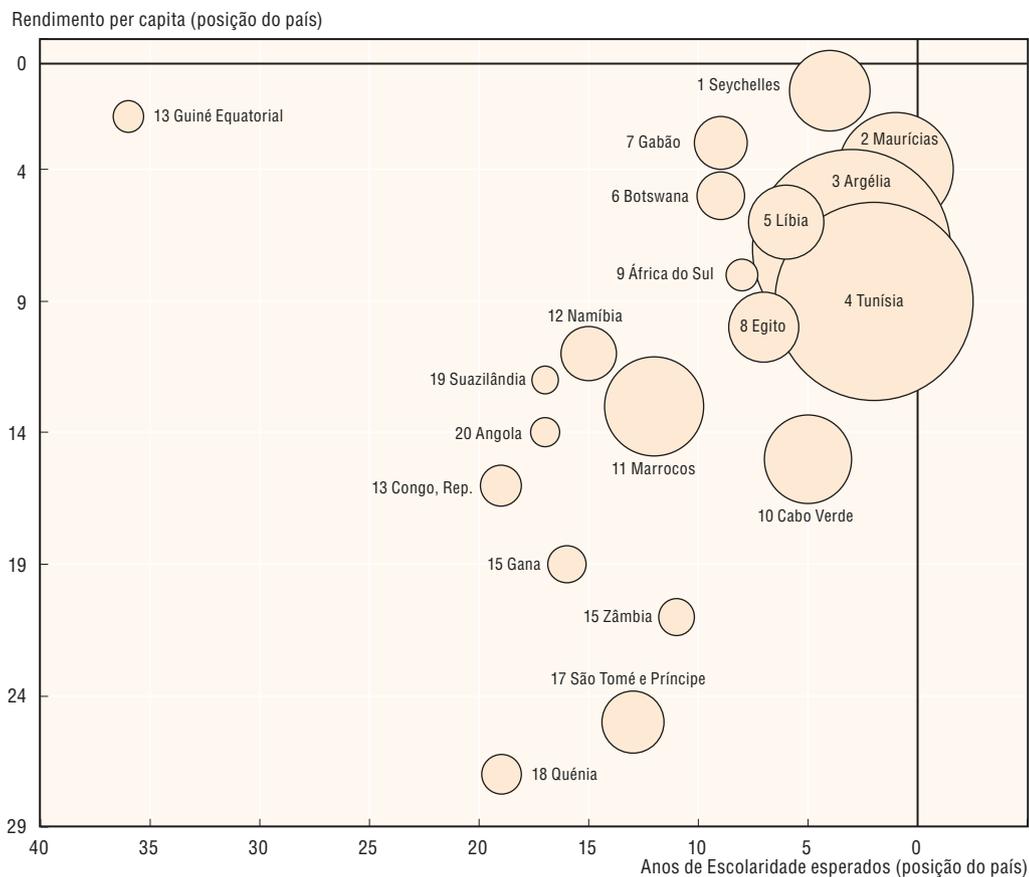
A população africana (atualmente 1.2 mil milhões de pessoas) deverá aumentar para mais do dobro até 2050. Isto significa um aumento drástico da população jovem: até 2050, 38 dos 40 países mais jovens no mundo situar-se-ão em África, com uma média abaixo dos 25 anos de idade (Divisão da População das Nações Unidas, 2015). Consequentemente, haverá um crescimento do mercado de trabalho, com um número estimado de 12 milhões de pessoas a juntarem-se à população economicamente ativa todos os anos (Pitamber e Foko, 2017).

O desafio demográfico consiste em assegurar o desenvolvimento humano e oportunidades de emprego adequadas para a explosão no número de jovens, sendo, simultaneamente, a maior oportunidade e a maior ameaça à estabilidade e às perspetivas de crescimento em África. A grande dimensão da população ativa pode contribuir para impulsionar a transformação económica do continente, permitindo-lhe competir por indústrias de mão-de-obra intensiva, como a indústria têxtil. Por outro lado, se a população jovem não tiver oportunidades de trabalho e de melhorar o seu nível de vida, pode representar uma ameaça real à estabilidade social e política – particularmente nas áreas urbanas em rápido crescimento. Os montantes investidos na disponibilização de serviços de desenvolvimento humano para os jovens, especialmente na sua educação e competências, ajudarão a determinar se África será capaz de aproveitar o dividendo demográfico ou se arriscará tornar-se numa bomba-relógio demográfica.

Num “círculo virtuoso”, o desenvolvimento humano pode possibilitar e ser o resultado do desenvolvimento económico

A boa notícia é que o investimento em desenvolvimento humano tem resultados não apenas na redução da pobreza, mas também no crescimento, o que, por sua vez, permite um maior investimento no desenvolvimento humano. Pelo contrário, quando o desenvolvimento humano é insuficiente, representa um custo na realização de negócios e pode restringir o crescimento, o que limita consequentemente o investimento em desenvolvimento humano. A Figura 4.11 apresenta a correlação entre o nível de desenvolvimento humano e de crescimento económico. Os países são posicionados de acordo com os anos de escolaridade e os rendimentos per capita, verificando-se que existe uma relação linear clara entre os anos de escolaridade e os rendimentos.

Figura 4.11. Os 20 principais países em África por dimensões do desenvolvimento humano, 2015



Nota: O tamanho de cada bola representa o nível de esperança média de vida à nascença.

Fonte: Adaptado dos dados do Relatório de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2017a).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933475273>

Ramirez, Ranis e Stewart (1998) analisaram esta relação em 72 países e constataram que um crescimento elevado sem um forte investimento no desenvolvimento humano faz com que os países acabem por cair novamente num crescimento económico lento. Para conseguir manter o “círculo virtuoso”, é necessário que os países invistam na educação e competências, na saúde e nutrição, bem como na igualdade de género e de rendimentos.



A inovação é necessária para concretizar o potencial da explosão da população jovem em África

Os africanos são pessoas dinâmicas e inovadoras. Os países com um desenvolvimento humano baixo estão a criar novos negócios a um ritmo mais acelerado do que os países mais avançados. Os países ainda considerados como estando nas fases iniciais do desenvolvimento económico, com rendimentos per capita baixos e grande dependência de produtos primários, têm igualmente a maior proporção de criação de empresas pela população ativa, ou seja de empresários em fase inicial. Este padrão está presente por todo o continente africano, pois os países com valores mais baixos de IDH têm níveis mais altos de propriedade de empresas.

O apoio às competências e ao empreendedorismo promove a inovação, conduzindo a um “círculo virtuoso”. Na África do Sul, uma análise de cinco empresas sociais e ambientais que atuam na área da reciclagem e do desenvolvimento de agro-empresas concluiu que estas contribuíram para a redução do desemprego, para o aumento da diversificação de rendimentos e para a melhoria dos meios de subsistência das comunidades marginalizadas. O empreendedorismo social e ambiental, também conhecido por eco-empreendedorismo, combina os objetivos de melhoria social e de uso sustentável dos recursos naturais através de empresas economicamente viáveis. Os beneficiários destas empresas reinvestem posteriormente os rendimentos noutras micro-empresas e acrescentam valor a matérias-primas locais, criando novas cadeias de valor (SEED, 2015).

A inovação e o empreendedorismo podem, igualmente, alargar diretamente o acesso a serviços sociais de desenvolvimento humano. Nomeadamente, a expansão dos serviços através de telemóvel no continente africano veio demonstrar o enorme potencial da inovação para disponibilizar serviços para a população pobre. O empreendedorismo na prestação de serviços de educação e saúde a baixo custo nas zonas rurais (incluindo seguros de saúde e e-learning), está entre as áreas apoiadas pela iniciativa Boost Africa (ver Caixa 4.2).

Caixa 4.2. A iniciativa Boost Africa: Um apoio inovador à atividade empresarial

A iniciativa Boost Africa é uma colaboração conjunta entre o BAD, o Banco Europeu de Investimento e a Comissão Europeia, esperando-se a adesão e cofinanciamento de outros parceiros. Tem um orçamento inicial de 150 milhões de EUR para promover capacidades financeiras inovadoras, adicionais e de longo prazo em África; disponibilizar serviços de aconselhamento empresarial e de transferência de tecnologia para jovens empresários, ajudando-os a crescerem de forma eficiente e sustentável; e aumentar o conhecimento, a informação e as redes sobre o desenvolvimento do empreendedorismo e de pequenas e médias empresas (PME) em África. Os jovens empresários são considerados prioritários neste apoio, concedido em setores com impacto no desenvolvimento, como os cuidados de saúde, a educação, a agricultura/agro-indústria, indústria transformadora e mitigação das alterações climáticas. Espera-se que esta iniciativa contribua para desenvolver 1 500 negócios inovadores, para criar 25 000 empregos diretos e 100 000 empregos indiretos, bem como para melhorar as práticas ambientais, sociais e de gestão das PME africanas detidas por jovens.

Fonte: BAD (2016e), *Project Appraisal Report: Boost Africa Investment Program*.

A melhoria da educação aumenta o retorno do desenvolvimento gerado pelas novas empresas

O impacto das novas empresas nos níveis de emprego aumenta com o nível de desenvolvimento humano. A maioria dos empresários que iniciam um negócio num país com desenvolvimento relativamente elevado tem a expectativa de criar seis ou mais postos de trabalho, no prazo de cinco anos. Países como a Nigéria, o Senegal, o Uganda e a

Zâmbia têm os mais altos níveis de criação de novas empresas, mas também expectativas relativamente baixas sobre a criação de emprego. Nestes países, apenas 3-20% dos novos empresários preveem criar mais de seis novos postos de trabalho no prazo de cinco anos. Por outro lado, 26-40% dos novos empresários no Botswana, no Egito, na África do Sul e na Tunísia esperam criar postos de trabalho adicionais (GEM, 2015).

Em países de desenvolvimento humano baixo existe, assim, o risco de o aumento dos níveis de empreendedorismo não resultar no esperado estímulo ao emprego. O reforço dos níveis de competências parece ser um fator determinante para maximizar o retorno gerado pelo empreendedorismo em termos de desenvolvimento.

Os bons resultados salientam o desenvolvimento de competências como um elemento central dos serviços empresariais

Educação e formação de qualidade contribuem para uma melhorada das competências e da inovação, fazendo com que o máximo partido das oportunidades de mercado seja tirado. As tecnologias móveis e tecnologias de informação, por exemplo, contribuem para inovações na agricultura, na indústria transformadora e no setor dos serviços – como os serviços financeiros, de transporte, cuidados de saúde e turismo – o que, por sua vez, permite que os empresários aproveitem oportunidades de mercado e de crescimento. Os países com fracos avanços na educação, nomeadamente com um acesso limitado à educação secundária e superior, podem ter dificuldades em transformar o aumento da população jovem em ganhos efetivos para os jovens, através do desenvolvimento de competências e do empreendedorismo.

Embora os níveis de empreendedorismo sejam encorajadores, a maioria das novas empresas em África e nos outros continentes não consegue sobreviver. Esta subsecção reúne algumas provas das condições para o sucesso, nas quais África se poderá basear.

As *start-ups* com sucesso no continente africano sublinham o importante papel dos serviços de apoio e das normas sociais. O Burkina Faso, o Gana e o Uganda registaram melhores resultados na transição de negócios em fase inicial para empresas bem estabelecidas. A análise das suas experiências permite identificar 4 fatores fundamentais de sucesso (GEM, 2015):

- Em primeiro lugar, a existência de programas governamentais que apoiem o desenvolvimento de pequenas e médias empresas (PME).
- Em segundo lugar, a integração da formação na criação ou gestão de PME em escolas profissionais, universidades e escolas de negócios.
- Em terceiro lugar, a existência de direitos de propriedade, de instituições, bem como de serviços legais, comerciais, contábeis e de avaliação que apoiem ou promovam as PME.
- Por fim, a existência de normas sociais e culturais que estimulem novas atividades e métodos empresariais.

Os serviços de incubação de empresas e de promoção das competências estão entre os principais fatores de sucesso no apoio à atividade empresarial. África possui mais de 400 destas incubadoras de empresas ou de serviços de aceleração (BAD, 2016e). Existem, também, outras lições a tirar a nível dos programas das NU para reforço de capacidades – como o Programa *Empretec* da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (CNUCED) e o Programa *Start and Improve Your Business* (SIYB) da OIT. Estes programas constataram que a combinação de uma melhoria das mentalidades,



comportamentos e competências empresariais, por um lado, com o acesso a financiamento e serviços de apoio empresarial, por outro lado, gera resultados significativos.

O BAD analisou a sua carteira de programas de apoio ao emprego jovem, ao empreendedorismo e ao desenvolvimento das PME, tendo identificado seis lições aprendidas, para a obtenção de bons resultados:

1. As intervenções sobre o emprego jovem são, frequentemente, parciais e centram-se apenas num aspeto da realidade. É necessária uma abordagem holística que inclua as competências, serviços empresariais, financiamento, ligação entre empregados e empregadores, e outros fatores.
2. Muitas intervenções não têm plenamente em linha de conta as necessidades e desejos dos próprios jovens.
3. Verifica-se uma fragmentação dos esforços pelos diversos atores. Nos governos, vários ministérios intervêm no emprego jovem, de forma direta e indireta, mas normalmente sem uma estrutura de coordenação, como um plano nacional de ação. O envolvimento do setor privado e dos doadores agrava este problema de coordenação.
4. A implementação das intervenções é frequentemente ineficaz.
5. É preciso colmatar as lacunas de dados existentes, nomeadamente dados sobre o mercado de trabalho, para que uma melhor análise do mercado de trabalho para os jovens seja realizada.
6. São necessários instrumentos inovadores de financiamento para os jovens, que alavanquem o setor privado.

Este e outros exemplos de sucesso deram origem a um novo pensamento em África, sobre as melhores formas de promover o emprego na população jovem. Por exemplo, a Caixa 4.3 apresenta a Estratégia para o Emprego Jovem, do BAD, que se centra na Integração, Inovação e Investimento.

Caixa 4.3. A estratégia do BAD para o emprego jovem

A Estratégia do BAD para o Emprego Jovem de 2016 visa criar 25 milhões de postos de trabalho num período de dez anos, através de três vias:

Integração – Para maximizar a sua alavancagem, a agenda de emprego jovem será incorporada na carteira de projetos e programas do Banco e será disponibilizado apoio aos governos africanos para que façam o mesmo.

Inovação – O Banco irá incubar, implementar, avaliar e dar dimensão a soluções promissoras, através de um laboratório de inovação e informação que permita a aprendizagem e partilha de boas práticas e que irá desenvolver um índice de emprego jovem.

Investimento – Existirá uma alavancagem de investimento direto para aumentar o investimento no emprego jovem e no ecossistema de empreendedorismo.

Fonte: BAD (2016d), *Bank Group Strategy for Jobs for Youth In Africa, 2016-2025*.

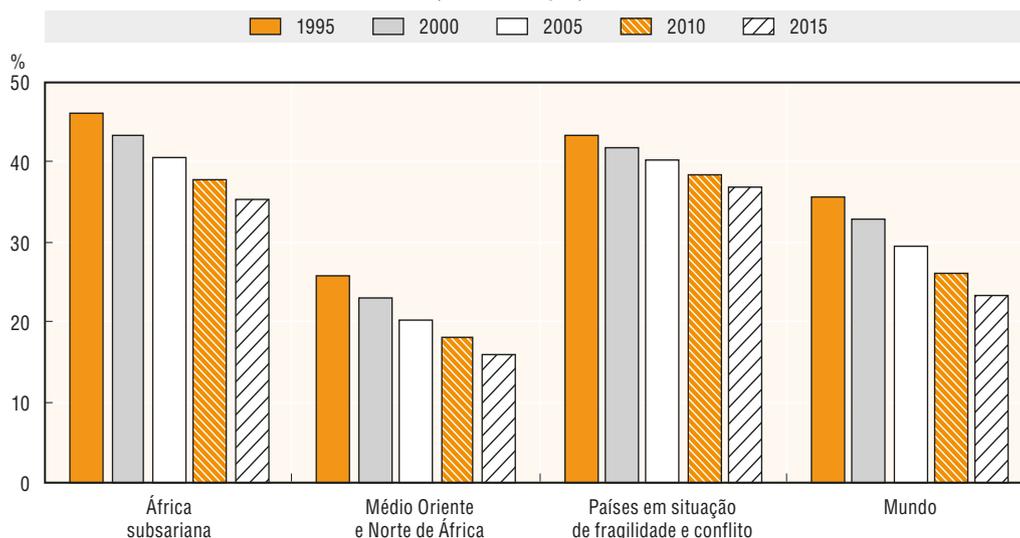
O investimento em saúde e nutrição continua a ser uma prioridade essencial para sustentar a produtividade, o crescimento e a resiliência

Esta secção analisa o valor da saúde e da nutrição como fatores promotores da inovação e do empreendedorismo, bem como o potencial de implementação de medidas de proteção social economicamente eficientes, para ajudar a impulsionar a resiliência.

A subnutrição tem um custo que África não pode suportar

Cerca de uma em cada quatro pessoas em África sofre de subnutrição (232 milhões) (BAD, 2016a). O flagelo da subnutrição é uma violação grave dos direitos humanos, bem como um desperdício terrível do potencial humano. A nutrição é importante não apenas para a qualidade de vida, mas também como fator impulsionador da produtividade – uma vez que uma fraca nutrição durante a infância e o atraso no crescimento/raquitismo têm impactos adversos na aprendizagem ao longo da vida, na produtividade e no rendimento. Os efeitos da subnutrição são de longo prazo e aprisionam gerações de pessoas e de comunidades num círculo vicioso de pobreza (Parlamento Europeu, s.d.). A Figura 4.12 salienta que África está a efetuar progressos firmes na redução da subnutrição. No entanto, em 2015, na África subsariana, 35% das crianças menores de 5 anos, ou mais de 1 em cada 3, registavam um atraso no crescimento (com a desnutrição a refletir-se na baixa estatura para a idade), uma taxa equivalente àquelas registadas a nível mundial há cerca de 20 anos. A situação é pior nos países frágeis e afetados por conflitos.

Figura 4.12. Prevalência de subnutrição em crianças até 5 anos de idade, altura/idade (% de crianças)



Fonte: Banco Mundial (2017), *Health Nutrition and Population Statistics*.
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933475286>

Acabar com o flagelo da subnutrição é uma questão de alta prioridade, para maximizar o potencial de cada indivíduo e da sociedade no seu todo. Segundo as estimativas da UNICEF, o custo anual da fraca nutrição na África subsariana é de 25 mil milhões de USD. As estimativas do seu impacto no PIB vão desde 2-3% (Banco Mundial, 2006) até 16% nos países mais afetados (PAM, 2013). O BAD afirma que África perde, anualmente, 11% do PIB devido à fraca nutrição, e que 20% da mortalidade materna em África está ligada a uma fraca nutrição durante a gravidez (Adesina, 2016).

“O que mais contribui para o crescimento económico não é a infraestrutura física, mas sim o poder do cérebro, aquilo que chamo de ‘infraestrutura da massa cinzenta’... Crianças raquíticas no presente conduzirão a economias raquíticas no futuro”.

Akinwumi Adesina, Presidente do Banco Africano de Desenvolvimento (Adesina, 2016)



Em maio de 2016, o Painel Global sobre a Agricultura e Sistemas Alimentares para a Nutrição e o BAD lançaram a iniciativa “Líderes Africanos para a Nutrição”, juntando chefes de Estado e outros líderes no continente para aumentarem o investimento e advogarem em prol da nutrição. O Painel Global estima que o investimento adicional para atingir a meta de redução do atraso no crescimento/raquitismo em 40% até 2025, estabelecida pela Assembleia Mundial de Saúde, poderia adicionar 83 mil milhões de USD ao PIB de 15 países. Entre os países com maiores ganhos estariam a Nigéria, com um aumento esperado de 29 mil milhões de USD no PIB, e a Etiópia, com um aumento potencial de 16 mil milhões de USD no PIB (Global Panel, 2016).

A melhoria da nutrição é, assim, uma resposta importante para fornecer as bases de um crescimento económico sustentado. Um estudo concluiu que o investimento na nutrição de trabalhadores manuais resultou num aumento da produtividade entre 17% e 20%.⁷ De uma forma mais geral, o Painel Global constatou que cada dólar investido na redução da subnutrição crónica pode potencialmente gerar um retorno de 14 USD no Mali e de 21 USD no Senegal (Global Panel, 2016).

As más condições de saúde têm custos dramáticos

Os riscos de uma saúde débil e, em particular, das pandemias podem ter impactos negativos enormes na produtividade, no comércio, no investimento, no turismo e, conseqüentemente, no crescimento. Este é um argumento forte para agir com carácter preventivo, investindo em sistemas de saúde eficazes – como foi evidente durante a epidemia de Ébola em 2014, na África Ocidental. Nesta região, entre 2014 e 2017, a perda anual no PIB foi de 4.9 mil milhões de USD (GDNU – África Ocidental e Central, 2015). Com mais de 10 mil milhões de USD em perdas de rendimento e em custos de recuperação na África Ocidental, o surto de Ébola demonstrou o custo do subinvestimento no desenvolvimento humano. Estima-se que o custo de criação de sistemas de saúde pública eficazes na Guiné, na Libéria e na Serra Leoa seja apenas um terço dos custos de resposta ao Ébola até à data (Summers, 2015). Só o impacto orçamental nos três países afetados foi de 500 milhões de USD em 2014, equivalente a 5% do seu PIB em conjunto. Contudo, o impacto no seu crescimento económico foi muito mais significativo: o Banco Mundial estima que, só no ano de 2015, os três países perderam 2.2 mil milhões de USD no seu crescimento económico.

Os efeitos foram sentidos, também, na totalidade da África subsariana, que pode ter perdido até 6.2 mil milhões de USD no mesmo período. Entre os efeitos de contágio, está a perda de até 70% das reservas turísticas na África do Sul, Gâmbia, Moçambique, Namíbia e Quênia (Songwe, 2015). Na Guiné, Libéria e Serra Leoa, as taxas de crescimento caíram até 11 pontos percentuais, em comparação com as previsões para 2015 antes do Ébola, arrastando as taxas de crescimento para valores negativos na Guiné e na Serra Leoa.⁸ A perda de mais de 500 trabalhadores do setor da saúde é também uma tragédia com impactos mais alargados na sociedade – particularmente na mortalidade materna, que deverá sofrer um aumento até 75% (Banco Mundial, 2015b). O Ébola causou diretamente 11 000 vítimas mortais, mas a suspensão dos tratamentos de malária para lidar com o surto, em 2014, originou outras 10 000 mortes (Mullan, 2015). Os Planos de Recuperação do Ébola para o período 2015-17, nestes três países, totalizam 4.64 mil milhões de USD (Mullan, 2015). O Ébola demonstrou, portanto, a enorme importância e valor do investimento em sistemas de saúde de qualidade.

A Comissão sobre Macroeconomia e Saúde disponibiliza as estimativas globais do custo dos principais surtos de doenças. A TB deverá ter um impacto económico de 1 a 3 biliões de USD ao longo da próxima década, incluindo 4% a 7% de perdas no PIB devido a perdas de produtividade. A OMS (2002) estima que os custos da TB para os mais pobres ascendem a 12 mil milhões de USD por ano. A malária reduz em 1.3% as

taxas anuais de crescimento e o VIH tem um impacto negativo no crescimento anual per capita de 2 a 4 pontos percentuais (11 estudos analisados em Dixon, McDonald e Roberts, 2002). O custo da doença não abrange apenas o custo das mortes e dos tratamentos; tem impactos muito mais vastos no crescimento económico dos países e regiões, uma vez que há uma redução da produtividade, queda das receitas fiscais, aumento da importação de medicamentos, e um impacto nas viagens e no comércio devido ao medo. Estas são fortes evidências da importância de melhorar os sistemas de saúde e a capacidade de resposta a pandemias em África.

A população pobre é afetada pelas más condições de saúde de forma desproporcional. O investimento no setor da saúde é, portanto, uma medida a favor dos mais pobres, além de proporcionar uma mão-de-obra produtiva para impulsionar o crescimento. O risco de futuras pandemias em África faz com que o aumento do apoio a sistemas regionais de saúde seja altamente prioritário.

A proteção social é um instrumento eficaz para promover a resiliência

A proteção social reduz a desigualdade, o risco e a vulnerabilidade, na medida em que reforça a resiliência das comunidades e das famílias. Nesse sentido, pode contribuir para mitigar fatores desestabilizadores que, de outra forma, afetariam o crescimento e o empreendedorismo. Os mecanismos de proteção social podem promover a inovação e o desenvolvimento de capacidades, mitigando os riscos para os jovens empresários e estimulando a inovação e assunção de riscos. Podem ajudar, igualmente, a promover a resiliência das pessoas e comunidades durante períodos mais desfavoráveis, bem como a sua capacidade de recuperação dos choques. A garantia do acesso a serviços sociais fundamentais para os jovens, idosos e doentes liberta recursos individuais e familiares para o investimento produtivo, que geralmente é essencial nas primeiras fases do desenvolvimento empresarial. Os programas de proteção social têm sido cruciais para melhorar a produtividade em todo o continente (através da educação) e para gerir a fragilidade e os choques, nomeadamente através das reformas de políticas (Banco Mundial, 2012).

A proteção social contribui para reduzir a pobreza e a desigualdade nos grupos vulneráveis excluídos do processo de crescimento, e fá-lo com maior custo-benefício do que outras formas de ajuda. Antes de 2011, a ajuda humanitária no valor de 180 USD per capita não tinha conseguido parar o aumento da pobreza na Etiópia. Com 34 USD per capita, o Programa *Productive Safety Net* conseguiu não apenas barrar esse aumento, mas também começar a reduzir os níveis de pobreza. Uma meta-análise dos regimes de apoios sociais (White, Hodges and Greenslade, 2013) constatou que o rácio do custo de transferência varia entre 1.05 e 2.11 (significando que o custo de transferência de 1 USD para um beneficiário se situa entre 5 cêntimos e 1.11 USD, com o grosso dos resultados na faixa entre 29 e 59 cêntimos). Os custos dos programas africanos variam desde 34 cêntimos (no programa CT-OVC, no Quênia), 55 cêntimos (nos subsídios alimentares em Moçambique), até 1.11 USD (no programa *Livelihood Empowerment against Poverty*, no Gana). Registaram-se taxas de retorno entre 8% e 26% (um único estudo africano constatou uma taxa de retorno de 13%) e os efeitos multiplicadores situam-se entre 1.08 (marginal) e 2.45 no continente africano.

Os custos diminuem à medida que os programas se alargam (menores custos de seleção e criação), como se verifica pelo programa PROGRESA no México, que tinha custos na ordem dos 1.34 USD por cada dólar transferido, caindo depois para apenas 5 cêntimos no quarto ano de implementação. É importante salientar que os serviços públicos de emprego não têm sido tão eficientes como as prestações sociais/subsídios não condicionais. No Malawi e na Zâmbia, os serviços públicos de emprego apresentam um custo de 1.42 USD a 8.21 USD por cada dólar transferido para os beneficiários, sendo portanto relativamente dispendiosos, particularmente se os trabalhos públicos disponibilizados têm pouco



valor. Com efeito, é improvável que os beneficiários transitem para um emprego formal (White, Hodges e Greenslade, 2013). Assim, os programas de concessão de subsídios/prestações sociais parecem oferecer mecanismos mais eficazes e eficientes para reduzir, na maioria das situações, a vulnerabilidade. O aumento da eficiência operacional e do foco em programas de proteção social, bem como a alocação de recursos significativos para a aquisição de competências por meio da formação profissional, são fundamentais para acelerar o desenvolvimento humano e o desenvolvimento do empreendedorismo em África.

A visão comum africana para o desenvolvimento humano do continente favorece o empreendedorismo

Esta secção termina o capítulo com um mapeamento da vontade política comum e da agenda de desenvolvimento partilhada, que encara desenvolvimento humano como prioritário, apoiando assim o crescimento económico e o desenvolvimento empresarial em África. São analisadas as sinergias entre a Agenda 2030 das NU (ODS), a Agenda 2063 da União Africana, e as 5 grandes prioridades do BAD (“High 5s”), as quais colocam o desenvolvimento humano em primeiro lugar e em posição central no objetivo do crescimento empresarial.

Os ODS, a Agenda 2063 e as 5 prioridades do BAD partilham uma vontade política e uma agenda comum

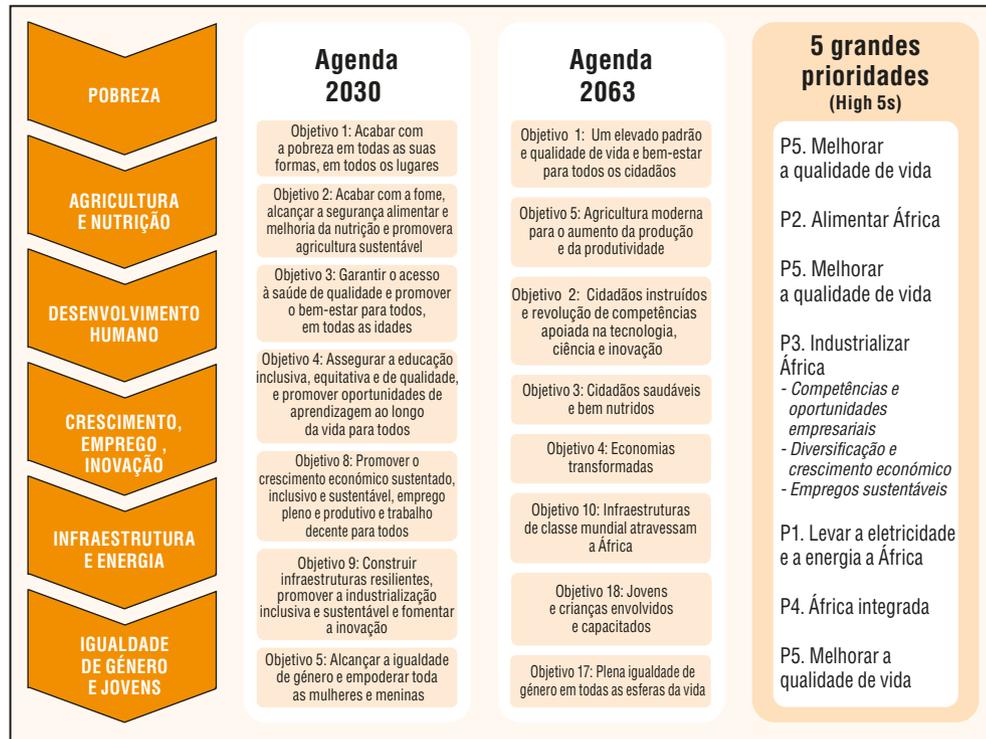
Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a Agenda 2063 para África e a Estratégia do BAD para dez anos, implementada através de cinco áreas prioritárias (“High 5s”), estão a guiar os países africanos na aceleração do desenvolvimento humano inclusivo. Verifica-se um grande grau de convergência nas prioridades definidas por estas agendas de alto nível, uma vez que 86% dos objetivos e metas são comuns (PNUD, 2017b). Cada agenda define caminhos para o emprego sustentável, a melhoria das competências empresariais, a aceleração da diversificação económica e do crescimento. Todas identificam o desenvolvimento humano como um elemento central da agenda. São partilhados objetivos comuns no âmbito do emprego, segurança social, produtividade agrícola, educação, juventude, empoderamento das mulheres e raparigas, crescimento inclusivo, diversificação económica, resiliência e infraestruturas. A Figura 4.13 apresenta um mapeamento dos principais pilares destas estratégias, para demonstrar a convergência.

Todas estas agendas refletem a importância da educação, da saúde, da nutrição e da proteção social como componentes de uma abordagem multidimensional para combater a pobreza e a desigualdade. Os serviços sociais de qualidade e os sistemas de proteção social promovem a equidade e contribuem para que ninguém seja deixado para trás. Além disso, ajudam a evitar grandes reveses ao processo de desenvolvimento, como aconteceu com a crise do Ébola na África Ocidental. São indispensáveis, igualmente, para concretizar a transformação económica estrutural que é necessária para expandir a prosperidade e para realizar grandes avanços na redução da pobreza e da desigualdade, bem como no desenvolvimento humano.

Esta agenda partilhada suscita a esperança de que existam investimentos coordenados em projectos ligados ao desenvolvimento humano por todo o continente, por meio de um trabalho conjunto entre os governos africanos, os financiadores do desenvolvimento e o setor privado. Esta é uma agenda urgente, que deve ser implementada para que África possa aproveitar os benefícios do seu dividendo demográfico e alcançar melhorias duradouras nos meios de subsistência e nas vidas dos africanos.



Figura 4.13. Prioridades de desenvolvimento humano e empreendedorismo nas Agendas 2030 e 2063



Fonte: Agenda2030 (NU, 2015), Agenda 2063 (CUA, 2015), High 5s (BAD, 2016a).

Notas

1. Para uma análise detalhada, ver Wilson e Briscoe (2004) e KfW (2007).
2. Isto inclui a teoria do crescimento endógeno formulada por Paul Romer e Robert Lucas, bem como a abordagem das capacidades no âmbito do desenvolvimento humano, desenvolvida por Amartya Sen.
3. O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), desenvolvido pelo PNUD e pela Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI) disponibiliza uma medida do nível de pobreza e do número de pessoas que vivem em situação de pobreza no plano nacional e subnacional. Engloba a dimensão central do desenvolvimento humano – saúde, educação e nível de vida. O conjunto de dados cobre 44 países em África, incluindo dados a nível subnacional em 41 países.
4. A OMS (2001) estabeleceu um custo mínimo dos serviços essenciais de 34 USD, em 2007 e de 38 USD em 2015.
5. Esta percentagem varia entre 21% e 30% no Benim, República do Congo, Côte d'Ivoire, Etiópia, Gana, Namíbia, Senegal, Suazilândia e Zâmbia.
6. Neste contexto, “fragilidade” refere-se a países afetados por crises, sejam de causa humana ou outras, que não tenham capacidade para as prevenir ou recuperar sem ajuda significativa (PNUD, 2012).
7. Estudo sobre mulheres chinesas que trabalham na fábrica de algodão e seringueiros indonésios que recebem suplementos de ferro.
8. O crescimento económico na Serra Leoa passou de uma previsão de 8.9%, em 2015 para -2.0% após o Ébola; na Libéria caiu de 6.8% para 3.0% e na Guiné diminuiu de 4.3% para -0.2%.



Bibliografia

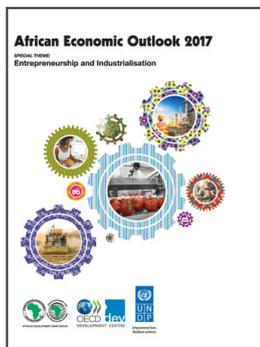
- Adesina, A. (2016), Keynote Address at the World Food Prize, Des Moines, Iowa, 13 de outubro de 2016, https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Generic-Documents/PRST_Adesima_Keynote_Address_ENGL_2016_Borlaugh_Dialogue_International_Symposium.pdf.
- Alkire, S., C. Jindra, G. Robles e A. Vaz (2016), “Multidimensional poverty in Africa”, *Oxford Policy and Human Development Initiative*, OPHI Briefing No. 40, Oxford Poverty e Human Development Initiative, Oxford, Reino Unido, www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/OPHIBrief40_Africa_Engl.pdf.
- BAD (2016a), *Scaling Up Implementation of the Ten Year Strategy: The High 5s Agenda*, Banco Africano de Desenvolvimento, Abidjan.
- BAD (2016b), *A Program that Works: The Impacts of Rwandan Community Based Health Insurance Program*, Banco Africano de Desenvolvimento, Abidjan.
- BAD (2016c), *Analytical Fact Base on Economic Opportunity for Youth in Africa*, Dalberg para o Banco Africano de Desenvolvimento, Abidjan.
- BAD (2016d), *Bank Group Strategy for Jobs for Youth in Africa, 2016-2025*, Banco Africano de Desenvolvimento, Abidjan.
- BAD (2016e), *Project Appraisal Report: Boost Africa Investment Program*, Banco Africano de Desenvolvimento, Abidjan.
- BAD (2016f), *Feed Africa Strategy*, Banco Africano de Desenvolvimento, Abidjan, https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Policy-Documents/Feed_Africa-Strategy-En.pdf.
- BAD (2015), “How can AfDB support RMCs in dealing with future epidemics like Ebola?”, *Internal OSHD Brief*, Banco Africano de Desenvolvimento, Abidjan.
- BAD (2014), *Human Capital Strategy 2014-2018: One Billion People, One Billion Opportunities*, Banco Africano de Desenvolvimento, Túnis.
- BAD (2013a), *African Development Bank Group Strategy for 2013-22: At the Centre of Africa’s Transformation*, Banco Africano de Desenvolvimento, Túnis.
- BAD (2013b), “Health in Africa over the next 50 years”, African Development Bank, Tunis, https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/Economic_Brief_-_Health_in_Africa_Over_the_Next_50_Years.pdf.
- BAD et al. (2012), *Perspectivas Económicas em África 2012 (Versão Condensada): Promoção do Emprego Jovem*, OECD Publishing, Paris. <http://dx.doi.org/10.1787/9789264177673-pt>.
- Banco Mundial (2017), *Health, Nutrition and Population Statistics*, Washington, DC.
- Banco Mundial (2016), *World Development Indicators (base de dados)*, <http://databank.worldbank.org/data/>, Washington, DC.
- Banco Mundial (2015a), “World Bank Group Ebola Response Fact Sheet”, 1 de setembro de 2015, Banco Mundial, Washington, DC.
- Banco Mundial (2015b), *The Next Wave of Deaths from Ebola? The Impact of Health Care Worker Mortality*, Washington, DC.
- Banco Mundial (2015c), *World Development Indicators (base de dados)*, <http://databank.worldbank.org/data/>, atualizada a 14 de outubro de 2015.
- Banco Mundial (2015d), *The State of Social Safety Nets 2015*, Washington, DC.
- Banco Mundial (2014), *Reducing Poverty and Investing in People: The New Role of Safety Nets in Africa*, Washington, DC.
- Banco Mundial (2012), *Managing Risk, Promoting Growth: Developing Systems for Social Protection in Africa: The World Bank’s Africa Social Protection Strategy 2012-2022*, Washington, DC.
- Banco Mundial (2006), *Repositioning Nutrition as Central to Development: A Strategy for Large-Scale Action*, Washington, DC.
- Barro, R.J. (1996), “Determinants of economic growth: A cross-country empirical study”, *NBER Working Paper No. 5698*, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Bhorat, H., K. Naidir e K. Pillay (2016), “Growth, poverty and inequality interactions in Africa: An overview of key issues”, *Working Paper Series*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque, www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/AEC/2016/Inequality_Study_Working_Paper_Series.pdf.
- Bhorat, H. e Oosthuizen, M. (2015), *Foresight Africa 2015: The Pursuit of Inclusive Growth in South Africa – Constraints and Opportunities*, Brookings Africa in Focus, www.brookings.edu/blogs/africa-in-focus/posts/2015/01/29.



- CNUCED (2013), *Division on Investment and Enterprise: Results and Impact Report 2013*, Investimento para o Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo, Nações Unidas, Nova Iorque e Genebra, http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/diae2013d2_en.pdf.
- CUA (2015), *Agenda 2063: The Africa We Want*, Versão pública, Comissão da União Africana, Adis Abeba, www.au.int/web/sites/default/files/pages/3657-file-agenda2063_popular_version_en.pdf.
- Development Initiatives (2016), *Global Humanitarian Assistance Report 2016*, Bristol, Reino Unido, www.globalhumanitarianassistance.org/wp-content/uploads/2016/07/GHA-report-2016-full-report.pdf.
- Divisão da População das Nações Unidas (2015), “World Population Prospects: The 2015 Revision”.
- Dixon, S., S. McDonald e J. Roberts (2002), “The impact of HIV/AIDS on Africa’s economic development”, *British Medical Journal*, 66, 2 de janeiro de 2002.
- Duflo, E. (2001), “Schooling and labor market consequences of school construction in Indonesia: Evidence from an unusual policy experiment”, *American Economic Review*, 91(4), pp. 795-813.
- Elgazzar, H. et al. (2010), *Who Pays? Out-of-Pocket Health Spending and Equity Implications in the Middle East and North Africa*.
- FEM/Banco Mundial/BAD/OCDE (2015), *The Africa Competitiveness Report 2015*, Fórum Económico Mundial, Genebra, www3.weforum.org/docs/WEF_ACR_2015/Africa_Competitiveness_Report_2015.pdf.
- GDNU – África Ocidental e Central (2015), *Socio-Economic Impact of Ebola Virus Disease in West African Countries: A Call for National and Regional Containment, Recovery and Prevention*, Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas – África Ocidental e Central, Nova Iorque.
- GEM (2015), *2015/16 Global Report*, Global Entrepreneurship Monitor, Genebra, www.gemconsortium.org/report/49480.
- Georgiou, M. (2009), “Entrepreneurship and Human Development Index: A panel data analysis for Western Europe, Japan and the United States (1980-2006)”, paper statistics, <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1523605>.
- Global Panel (2016), *The Economic Case for Investing in Nutrition in sub-Saharan Africa*.
- IAASA (2008), “Economic growth in developing countries: Education proves key”, Policy Brief, No. 03, International Institute for Applied Systems Analysis, www.iiasa.ac.at/web/home/resources/publications/IIASAPolicyBriefs/pb03-web.pdf.
- KfW (2007), “How can education contribute to pro-poor growth? Policy implications for financial cooperation”, *Discussion Paper 49*, Frankfurt, Alemanha.
- Mullan, Z. (2015), “The cost of Ebola”, *The Lancet*, Vol. 3, No. 8, agosto de 2015.
- NU (2015), “Transforming our world: The 2030 Agenda for Sustainable Development”, Resolução adotada pela Assembleia Geral a 25 de setembro de 2015, Nações Unidas, Nova Iorque, www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E.
- NU (2014), “Entrepreneurship for development: Report of the Secretary-General”, 69ª sessão, Item 19 da Agenda provisória, Nações Unidas, Nova Iorque, http://unctad.org/meetings/en/SessionalDocuments/a69d320_en.pdf.
- Oduola, A., A. Bandara, R. Dhliwayo e B. Diarra (2017), “Inequalities and conflict in Africa: An empirical investigation”, in G.A. Cornia, A. Oduola, H. Bhorat e P. Conceicao, *Income Inequality Trends in sub-Saharan Africa: Divergence, Determinants and Consequences*, Escritório Regional do PNUD para África, Nova Iorque, pp. 221-243.
- OIT (2015), *Global Employment Trends for Youth 2015: Scaling up Investment in Decent Jobs for Youth*, Organização Internacional do Trabalho, Genebra, <http://www.ilo.org/global/research/global-reports/youth/2015/lang--en/index.htm>.
- OMS (2002), *Health, Economic Growth and Poverty Reduction: The Report of Working Group 1 of the Commission on Macroeconomics and Health*, Organização Mundial de Saúde, Genebra.
- OMS (2001), *Macroeconomics and Health: Investing in Health for Economic Development*, Comissão sobre Macroeconomia e Saúde, Organização Mundial de Saúde, Genebra.
- OPHI (2016), “Global Multidimensional Poverty Index”, Oxford Poverty e Human Development Initiative, Oxford, Reino Unido, www.ophi.org.uk/multidimensional-poverty-index/.
- PAM (2013), *The Cost of Hunger in Ethiopia – The social and Economic Impact of Child Undernutrition in Ethiopia*, Programa Alimentar Mundial.
- Parlamento Europeu (s.d.), “The social and economic consequences of malnutrition in ACP countries”, www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/acp/dv/background/background_en.pdf.

- Pitamber S. e B. Foko (2017), *The Political Economy of Job Creation for Youth: Lessons from Rwanda and Côte d'Ivoire*.
- PNUD (2017a), *Human Development Report 2016: Human Development for Everyone*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque, <http://hdr.undp.org/en>.
- PNUD (2017b), "Strengthening strategic alignment for Africa's development: Lessons from the UN 2030 Agenda for Sustainable Development, the African Union's Agenda 2063, and the AfDB's High Fives", *UNDP Africa Policy Brief*, Vol. 1, No. 1, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, www.africa.undp.org/content/rba/en/home/library/working-papers/undp-africa-policy-brief-on-strengthening-strategic-alignment-fo.html.
- PNUD (2016), *Africa Human Development Report 2016: Accelerating Gender Equality and Women's Empowerment in Africa*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque, www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/hdr/2016-africa-human-development-report.html.
- PNUD (2012), *Governance for Peace: Securing the Social Contract*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque.
- Ramirez, A., G. Ranis e F. Stewart (1998), "Economic growth and human development", *Working Paper* 18, QEH.
- SEED (2015), *Growing Green and Inclusive Entrepreneurship for Sustainable Development in South Africa*, SEED Policy Report África do Sul, Berlim, www.seed.uno/images/documents/1907/a4seedpolicyreportsouthafricaweb.pdf.
- Songwe, V. (2015), *Fighting Ebola: A Strategy for Action*, The Brookings Institution, Africa Growth Initiative.
- Summers, L.H. (2015), "Economists' Declaration on Universal Health Coverage", *The Lancet*, Vol. 386, No. 10008, pp. 2112-2113, [www.thelancet.com/pdfs/journals/lancet/PIIS0140-6736\(15\)00242-1.pdf](http://www.thelancet.com/pdfs/journals/lancet/PIIS0140-6736(15)00242-1.pdf).
- UNESCO Instituto de Estatística (2016), *United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organisation Institute for Statistics* (base de dados), <http://data.uis.unesco.org/>.
- White, P., T. Hodges e M. Greenslade (2013), *Guidance on Measuring and Maximising VFM in Social Transfer Programmes*, 2ª Edição. DFID, Londres.
- Wilson, R.A. e G. Briscoe (2004), "The impact of human capital on economic growth: A review", "Third report on vocational training research in Europe: Background report", *Cedefop Reference Series*, 54, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo.





From:
African Economic Outlook 2017
Entrepreneurship and Industrialisation

Access the complete publication at:
<https://doi.org/10.1787/aeo-2017-en>

Please cite this chapter as:

African Development Bank/OECD/United Nations Development Programme (2017), “Desenvolvimento humano em África”, in *African Economic Outlook 2017: Entrepreneurship and Industrialisation*, OECD Publishing, Paris.

DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264278707-7-pt>

This work is published under the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of OECD member countries.

This document and any map included herein are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area.

You can copy, download or print OECD content for your own use, and you can include excerpts from OECD publications, databases and multimedia products in your own documents, presentations, blogs, websites and teaching materials, provided that suitable acknowledgment of OECD as source and copyright owner is given. All requests for public or commercial use and translation rights should be submitted to rights@oecd.org. Requests for permission to photocopy portions of this material for public or commercial use shall be addressed directly to the Copyright Clearance Center (CCC) at info@copyright.com or the Centre français d'exploitation du droit de copie (CFC) at contact@cfcopies.com.